



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE ESPOSENDE**

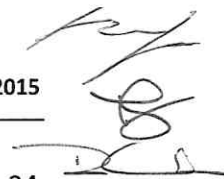
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ÍNDICE

BALANÇO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	6
MAPA DE CONTROLO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
ANEXO	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	18
5. Ativos fixos tangíveis	18
6. Ativos intangíveis	19
7. Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20
8. Clientes e utentes	21
9. Adiantamentos a fornecedores	21
10. Estado e outros Entes Públicos	21
11. Outras contas a receber	22
12. Diferimentos	22
13. Caixa e depósitos bancários	22
14. Fundos patrimoniais	22
15. Outras variações nos fundos patrimoniais	23
16. Financiamentos obtidos	23
17. Outras contas a pagar	23
18. Fornecedores	23
19. Serviços prestados	23

20.	Subsídios, doações e legados à exploração	24
21.	Fornecimentos e serviços externos	24
22.	Gastos com o pessoal	24
23.	Outros rendimentos e ganhos	25
24.	Outros gastos e perdas	25
25.	Resultados de financiamento	25
26.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	25
27.	Acontecimentos após data de balanço.....	26



BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: €

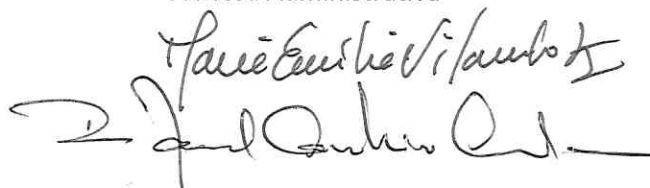
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.966.957,14	6.097.130,27
Ativos intangíveis	6	16.656,77	7.919,03
Investimentos financeiros		1.313,69	183,70
Subtotal		5.984.927,60	6.105.233,00
Ativo corrente			
Inventários	7	71.887,98	70.060,24
Clientes	8	1.058.033,73	1.470.749,77
Adiantamentos a fornecedores		1.029,54	1.098,31
Estado e outros Entes Públicos	10	120,95	
Associados/membros			
Outras contas a receber	11	87.159,86	89.454,75
Diferimentos	12	11.832,13	10.279,67
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13	2.476.261,17	1.697.498,15
Subtotal		3.706.325,36	3.339.140,89
Total do Ativo		9.691.252,96	9.444.373,89
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	97.939,83	97.939,83
Resultados transitados	14	4.913.393,31	4.851.142,11
Excedentes de revalorização		2.843.285,40	2.869.528,13
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	821.060,63	850.288,88
Resultado líquido do período		242.148,90	132.562,31
Total do fundo do capital		8.917.828,07	8.801.461,26
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	18	279.028,07	147.971,66
Adiantamentos de clientes		29.315,24	-
Estado e outros Entes Públicos	10	48.011,12	77.632,36
Diferimentos	12	34.333,33	26.759,06
Outras contas a pagar	17	382.737,13	390.549,55
Subtotal		773.424,89	642.912,63
Total do passivo		773.424,89	642.912,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.691.252,96	9.444.373,89

Esposende, 29 de março de 2016.

O Contabilista Certificado n.º 70561



A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: €

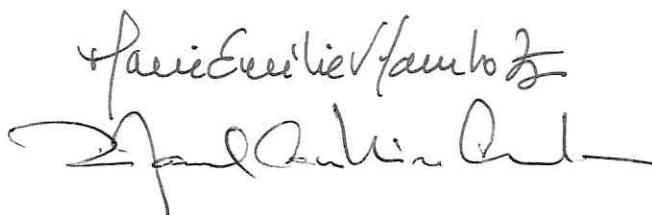
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	19	3.974.490,53	4.170.101,81
Subsídios, doações e legados à exploração	20	557.720,54	594.885,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(380.905,23)	(386.717,60)
Fornecimentos e serviços externos	21	(2.236.258,05)	(2.626.738,69)
Gastos com o pessoal	22	(1.544.663,38)	(1.484.777,80)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8		419,78
Outros rendimentos e ganhos	23	46.434,50	46.618,21
Outros gastos e perdas	24	(7.601,99)	(7.400,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		409.216,92	306.390,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(167.068,02)	(173.828,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		242.148,90	132.562,31
Juros e gastos similares suportados	25	-	-
Resultados antes de impostos		242.148,90	132.562,31
Resultado líquido do período		242.148,90	132.562,31

Esposende, 29 de março de 2016.

O Contabilista Certificado n.º 70561



A Mesa Administrativa



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos períodos de 2014 e 2015

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	97.939,83	4.350.642,68	2.895.770,86	880.131,69	-	8.224.485,06	8.224.485,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	14/15							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	500.499,43	(26.242,73)	(29.842,81)	-	444.413,89	444.413,89
			500.499,43	(26.242,73)	(29.842,81)	-	444.413,89	444.413,89
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					132.562,31	241.248,84	
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					132.562,31	685.662,73	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	97.939,83	4.851.142,11	2.869.528,13	850.288,88	132.562,31	8.801.461,26	8.801.461,26

Esposende, 29 de março de 2016.

O Contabilista Certificado n.º 70561



A Mesa Administrativa



Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	97.939,83	4.957.461,69	2.869.528,13	850.288,88	-	8.910.147,79	8.910.147,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	14/15							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	(44.068,38)	(26.242,73)	(29.228,25)	-	(99.539,36)	
			(44.068,38)	(26.242,73)	(29.228,25)	-	(99.539,36)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					242.148,90	242.148,90	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					242.148,90	142.609,54	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8+10	97.939,83	4.913.393,31	2.843.285,40	821.060,63	242.148,90	8.917.828,07	8.917.828,07

Esposende, 29 de março de 2016.

O Contabilista Certificado n.º 70561



A Mesa Administrativa





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPOSENDE

Resultado Anual por Valência 2015

Resultados Anuais 2015 por valência										
Rendimentos e Gastos	Creche	Jardim	ATL	Centro Convívio	Lar	Apoio Domiciliário	Misericórdia	Hospital	Fisioterapia	Total
Vendas e serviços prestados	€ 42.557,98	€ 85.718,23	€ 27.410,87	€ 37.788,01	€ 196.160,33	€ 40.503,58	€ 2.933,79	€ 3.135.155,52	€ 406.262,22	€ 3.974.490,53
Subsídios, doações e legados à exploração	€ 115.884,74	€ 191.598,00	€ 18.317,03	€ 30.480,22	€ 86.911,56	€ 103.410,84	€ 250,00	€ 10.868,15	€	€ 557.720,54
Variação nos inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas										
Fornecimentos e serviços externos	€ 11.477,30	€ 80.103,76	€ 22.640,68	€ 5.370,98	€ 178.198,71	€ 25.681,86	€ 12.269,43	€ 1.793.459,72	€ 107.055,61	€ 2.236.258,05
Gastos com o pessoal	€ 154.759,20	€ 240.700,21	€ 31.444,59	€ 93.627,75	€ 134.249,54	€ 75.160,77	€ 42.236,64	€ 696.981,24	€ 75.503,44	€ 1.544.663,38
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)										€ -
Provisões (aumentos/reduções)										€ -
Provisões específicas (aumentos/reduções)										€ -
Aumentos/reduções de justo valor										€ -
Outros rendimentos e ganhos	€ 6.089,33				€ 884,17			€ 39.461,00		€ 46.434,50
Outros gastos e perdas		€ 72,00						€ 7.529,99		€ 7.601,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-€ 1.704,45	-€ 43.559,74	-€ 8.357,37	-€ 30.730,50	-€ 28.492,19	€ 43.071,79	-€ 51.322,28	€ 306.608,49	€ 223.703,17	€ 409.216,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		€ 21.963,13			€ 21.521,27		€ 7.966,74	€ 115.616,88		€ 167.068,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-€ 1.704,45	-€ 65.522,87	-€ 8.357,37	-€ 30.730,50	-€ 50.013,46	€ 43.071,79	-€ 59.289,02	€ 190.991,61	€ 223.703,17	€ 242.148,90
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e gastos similares suportados										
Resultados antes de impostos	-€ 1.704,45	-€ 65.522,87	-€ 8.357,37	-€ 30.730,50	-€ 50.013,46	€ 43.071,79	-€ 59.289,02	€ 190.991,61	€ 223.703,17	€ 242.148,90
Resultado líquido do período	-€ 1.704,45	-€ 65.522,87	-€ 8.357,37	-€ 30.730,50	-€ 50.013,46	€ 43.071,79	-€ 59.289,02	€ 190.991,61	€ 223.703,17	€ 242.148,90

MAPA DE CONTROLO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Unidade monetária: €

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º	TAXA DE AMORTIZA.	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N
					1.º ao 3.º ANO	4.º e 5.º ANO	6.º ANO	7.º ao 50.º ANO	(4)		(10)	(11)	(12)	
593	SUBSÍDIOS				(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
5931	Saúde XXI - UIEMP	2004	344.037,02		20.642,25	13.761,50	6.880,75	302.752,52	262.027,58	6.693,48	0,00	0,00	0,00	255.334,10
59311	FEDER - Saúde XXI - UIEMP	2004	258.027,77		15.481,68	10.321,12	5.160,56	227.064,41	196.520,69	5.020,11	0,00	0,00	0,00	191.500,58
59312	Cont. Nacional - Saúde XXI - UIEMP	2004	86.009,25		5.160,57	3.440,38	1.720,19	75.686,11	65.506,90	1.673,37	0,00	0,00	0,00	63.833,53
5932	Saúde XXI - UMD	2005	22.147,30		1.328,85	442,95	442,95	19.932,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59321	FEDER - Saúde XXI - UMD	2005	16.389,00		983,34	327,78	327,78	14.750,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59322	Cont. Nacional - Saúde XXI - UMD	2005	5.758,30		345,51	115,17	115,17	5.182,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5933	Medida 5.6	2005	349.750,65		28.732,89	9.577,63	9.577,63	301.862,50	249.662,49	6.089,33	0,00	0,00	0,00	243.573,16
59331	FEDER - Medida 5.6	2005	89.850,39		10.039,74	3.346,58	3.346,58	73.117,49	134.817,74	3.288,24	0,00	0,00	0,00	131.529,51
59332	Cont. Nacional - Medida 5.6	2005	59.900,26		6.693,15	2.231,05	2.231,05	48.745,01	89.878,50	2.192,16	0,00	0,00	0,00	87.686,34
59333	Cont. Privada - Medida 5.6	2005	200.000,00		12.000,00	4.000,00	4.000,00	180.000,00	24.966,25	608,93	0,00	0,00	0,00	24.357,32
5938	Programa Modelar	2009	187.712,29		24.192,54	16.128,56	8.064,18	139.327,21	188.698,42	7.449,61	0,00	0,00	0,00	181.248,81
5934	ONZ - Requalificação Misericórdia	2011	134.792,75		8.087,57	5.391,71	2.695,86	118.617,62	124.009,38	2.695,83	0,00	0,00	0,00	121.313,55
5939	EMPE	2011	31.500,00		18.900,00	12.600,00	0,00	0,00	12.600,00	6.300,00	0,00	0,00	0,00	6.300,00

27452	OUTROS													
27452														
27452														

	TOTAL SUBS. EMP. A - EX.: (CRECHE)		935.147,26		93.796,53	52.510,44	24.965,51	763.874,78	712.988,49	29.228,25	0,00	0,00	0,00	807.769,62
43	INVESTIMENTO													
43211	Infraestruturas hospitalares Saúde XXI UIEMP	2003	98.277,88	2%	5.896,67	3.931,12	1.965,56	86.484,53	76.656,70	1.965,56				74.691,14
43211	Infraestruturas hospitalares Saúde XXI UIEMP	2004	454.949,21	2%	27.296,95	18.197,97	9.098,98	400.355,30	363.959,36	9.098,98				354.860,38
43211	Infraestruturas hospitalares Saúde XXI UIEMP	2005	87.475,12	2%	5.248,51	3.499,00	1.749,50	76.976,11	71.729,61	1.749,50				69.980,11
43211	Obras Remodelação Creche Medida 5.6	2006	661.883,60	2%	39.713,02	26.475,34	13.237,67	582.457,57	555.982,23	13.237,67				542.744,56
43211	Infraestruturas hospitalares Saúde XXI UIEMP	2006	56.535,56	2%	3.392,13	2.261,42	1.130,71	49.751,29	47.489,88	1.130,71				46.359,17
43211	Infraestruturas hospitalares Programa Modelar	2009	56.199,97	2%	3.372,00	2.248,00	1.124,00	49.455,97	50.579,97	1.124,00				49.455,97
43331	Material Hospitalar - Saúde XXI UIEMP	2005	47.802,58	16,67%	23.901,34	15.934,23	7.967,01	0,00	0,00	0,00				0,00
43331	Material Hospitalar - Saúde XXI UIEMP	2006	257.933,60	16,67%	128.967,06	85.978,04	42.988,50	0,00	0,00	0,00				0,00
43331	Material Hospitalar - Saúde XXI UMD	2006	58.140,72	16,67%	29.070,42	19.380,28	9.690,02	0,00	0,00	0,00				0,00
43211	Infraestruturas hospitalares Programa Modelar	2010	219.696,67	2%	13.181,80	8.787,87	4.393,93	193.333,07	202.120,95	4.393,93				197.727,02
43211	Equipamentos administrativos Programa Modelar	2010	14.640,38	20,00%	7.320,20	4.880,14	2.440,04	0,00	7.323,12	2.444,95				0,00
43211	Equipamentos administrativos Programa Modelar	2010	4.150,01	20,00%	2.490,01	1.660,00	0,00	0,00	830,00	0,00				0,00
43211	Equipamentos administrativos Programa Modelar	2010	11.796,00	16,67%	5.899,01	3.932,01	1.965,98	0,00	3.935,16	1.969,93				0,00
43211	Obras Requalificação Misericórdia	2011	154.401,78	2%	9.266,11	6.176,07	3.088,04	135.873,57	145.137,66	3.088,04				142.049,62
434	Viatura EMPE	2011	45.000,00	20,00%	27.000,00	18.000,00	0,00	0,00	27.000,00	9.000,00				18.000,00

	TOTAL DO INVESTIM. - EMP. A - EX.:		1.967.190,57		264.187,69	176.125,13	88.061,89	1.438.815,85	1.379.776,98	1.438.815,85				1.495.867,97



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		5.076.432,60	4.626.432,60
Pagamento a fornecedores		(2.534.199,82)	(3.323.618,95)
Pagamentos ao pessoal		(1.524.209,89)	(1.059.689,61)
Caixa gerada pelas operações		1.018.022,89	243.124,04
Outros recebimentos/pagamentos		(202.639,08)	(202.639,08)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		815.383,81	40.484,96
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(26.588,59)	(24.260,19)
Ativos intangíveis	6	(19.044,04)	(11.877,96)
Investimentos financeiros			(183,70)
Juros e rendimentos similares		1.387,67	2.060,13
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(44.244,96)	(34.261,72)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		7.624,17	8.019,50
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		7.624,17	8.019,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		778.763,02	14.242,74
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	1.697.498,15	1.683.255,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	2.476.261,17	1.697.498,15

Esposende, 29 de março de 2016.

O Contabilista Certificado n.º 70561

A Mesa Administrativa



ANEXO

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da misericórdia de Esposende é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Esposende.

Desta forma, o Técnico Oficial de Contas atesta a conformidade das contas do ano de 2015.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

3.1.3. Consistência de Apresentação

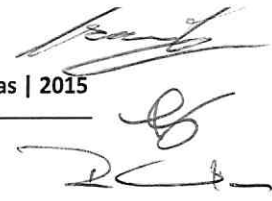
As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja possível atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

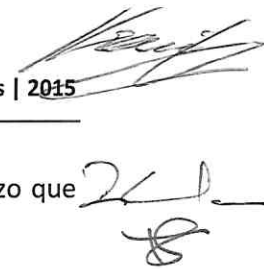
Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários



A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”.

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, *“só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:*

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;*
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
Custo					
Terrenos e recursos naturais	1.990.073,00	-	-	-	1.990.073,00
Edifícios e outras construções	5.031.919,22	14.079,19	-	-	5.045.998,41
Equipamento básico	1.538.435,24	1.381,00	-	-	1.539.816,24
Equipamento de transporte	167.261,69	8.800,00	-	-	176.061,69
Equipamento administrativo	368.937,28	-	-	-	368.937,28
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total	9.096.626,43	24.260,19	-	-	9.120.886,62
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	933.399,04	103.487,58	-	-	1.036.886,62
Equipamento básico	1.439.920,56	34.603,74	-	-	1.474.524,30
Equipamento de transporte	140.261,69	11.200,00	-	-	151.461,69
Equipamento administrativo	344.667,83	16.215,91	-	-	360.883,74
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total	2.858.249,12	165.507,23	-	-	3.023.756,35

Quantia escriturada	6.238.377,31	6.097.130,27
----------------------------	---------------------	---------------------

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2015
Custo					
Terrenos e recursos naturais	1.990.073,00	-	-	-	1.990.073,00
Edifícios e outras construções	5.045.998,41	11.405,78	-	-	5.057.404,19
Equipamento básico	1.539.816,24	15.182,81	-	-	1.554.999,05
Equipamento de transporte	176.061,69	-	-	-	176.061,69
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	368.937,28	-	-	-	368.937,28
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total	9.120.886,62	26.588,59	-	-	9.147.475,21
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.036.886,62	104.132,17	-	-	1.141.018,79
Equipamento básico	1.474.524,30	28.169,56	-	-	1.502.693,86
Equipamento de transporte	151.461,69	11.200,00	-	-	162.661,69
Equipamento administrativo	360.883,74	13.259,99	-	-	374.143,73
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total	3.023.756,35	156.761,72	-	-	3.180.518,07

Quantia escriturada	6.097.130,27	5.966.957,14
----------------------------	---------------------	---------------------

6. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014

Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Saldo em 31-dez-2014
Custo			
Programas de computador	25.277,49	11.877,96	37.155,45
Total	25.277,49	11.877,96	37.155,45
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	20.915,29	8.321,13	29.236,42
Total	20.915,29	8.321,13	29.236,42
Quantia escrituada	4.362,20		7.919,03

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições	Saldo em 31-dez-2015
Custo			
Programas de computador	37.155,45	19.044,04	56.199,49
Total	37.155,45	19.044,04	56.199,49
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	29.236,42	10.306,30	39.542,72
Total	29.236,42	10.306,30	39.542,72
Quantia escrituada	7.919,03		16.656,77

7. Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Em 2014 e 2015 as rubricas "Inventários" e "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2014	Compras	Inventário em 31-dez-2014	Compras	Inventário em 31-dez-2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46.716,96	410.060,88	70.060,24	382.732,97	71.887,98
Total	46.716,96	410.060,88	70.060,24	382.732,97	71.887,98

Descrição	2015	2014
Inventário Inicial	70.060,24	46.716,96
Compras	382.732,97	410.060,88
Inventário Final	71.887,98	70.060,24
CMVMC	380.905,23	386.717,60

8. Clientes e utentes

Para os períodos de 2014 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Clientes e Utentes c/c	1.329.772,08	1.742.488,12
Clientes	1.228.557,89	1.450.349,25
Utentes	101.214,19	292.138,87
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	271.738,35	271.738,35
Clientes	41.359,23	41.359,23
Utentes	230.379,12	230.379,12
Total	1.058.033,73	1.470.749,77

Nos períodos de 2014 e 2015 foram registadas as seguintes perdas e reversões de perdas por imparidade:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Utentes		(419,78)
Total	-	(419,78)

9. Adiantamentos a fornecedores

O saldo desta rubrica compreende os adiantamentos efetuados a fornecedores por conta de compras.

10. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Ativo		
Outros Impostos e Taxas	120,95	-
Total	120,95	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	21.289,38	30.443,26
Segurança Social	26.721,74	47.189,10
Total	48.011,12	77.632,36

11. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Entidades devedores por subsídios	87.159,86	89.454,75
Total	87.159,86	89.454,75

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	11.832,13	10.279,67
Total	11.832,13	10.279,67
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	34.333,33	26.759,06
Total	34.333,33	26.759,06

13. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2014 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Caixa	13.496,78	10.043,54
Depósitos à ordem	2.462.764,39	1.687.454,61
Total	2.476.261,17	1.697.498,15

14. Fundos patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Fundos	97.939,83	-	-	97.939,83
Resultados transitados	4.983.704,42	62.251,20		5.045.955,62
Excedentes de revalorização	2.869.528,13		(26.242,73)	2.843.285,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	850.288,88		(29.228,25)	821.060,63
Resultado líquido do período		242.148,90		242.148,90
Total	8.801.461,26	304.400,10	(55.470,98)	9.050.390,38

15. Outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2014 e 2015, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Subsídios ao investimento	850.288,88	29.228,25	821.060,63
Total	850.288,88	29.228,25	821.060,63

16. Financiamentos obtidos

Em 2014 e 2015 a entidade não apresentava valores relativos a "Financiamentos obtidos".

17. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
	Corrente	Corrente
Pessoal	2.131,14	-
Fornecedores de investimentos	6.787,87	27.602,02
Credores por acréscimos de gastos	195.152,18	194.231,68
Outros credores	178.665,94	168.715,85
Total	382.737,13	390.549,55

18. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-dez-2015	31-dez-2014
Fornecedores c/c	279.028,07	147.971,66
Total	279.028,07	147.971,66

19. Serviços prestados

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores relativos "Serviços Prestados:"

Descrição	2015	2014
Prestação de Serviços	3.533.223,55	3.761.965,19
Quotas dos utilizadores	441.161,98	407.979,12
Quotas e Jóias	105,00	157,50
Total	3.974.490,53	4.170.101,81

20. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2014 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídio à exploração":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	557.720,54	594.885,34
Total	557.720,54	594.885,34

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	1.903.203,35	2.322.171,26
Materiais	33.298,83	42.916,47
Energia e fluidos	166.639,95	159.262,92
Deslocações, estadas e transportes	11.159,34	-
Serviços diversos (*)	121.956,58	102.388,04
Limpeza higiene e conforto	64.694,64	48.556,63
Seguros	7.227,73	5.506,56
Rendas e alugueres	21.595,42	21.041,33
Total	2.236.258,05	2.626.738,69

22. Gastos com o pessoal

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2014 foi de 128 e em 2015 foi de 137.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	1.266.997,59	1.204.508,94
Encargos sobre as remunerações	253.648,98	243.915,80
Outros gastos com o pessoal	24.016,81	36.353,06
Total	1.544.663,38	1.484.777,80

23. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Descontos de pronto pagamento obtidos	8.194,41	6.695,77
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	2.060,13
Outros rendimentos e ganhos	38.240,09	37.862,31
Subsídios ao investimento	29.228,25	29.842,81
Donativos	7.624,17	8.019,50
Juros obtidos	1.387,67	-
Total	46.434,50	46.618,21

24. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	1.365,62	1.386,45
Outros gastos e perdas (*)	6.236,37	6.013,93
Serviços bancários	2.056,87	2.841,93
Quotizações	3.679,50	3.172,00
Outros	500,00	-
Total	7.601,99	7.400,38

25. Resultados de financiamento

Nos períodos de 2014 e 2015 não existiram gastos e rendimentos relacionados com juros e similares.

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2015, foram de 3.600,00€ (IVA excluído) em cada um dos períodos.

27. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 30 de março de 2016.

Esposende, 29 de março de 2016

O Contabilista Certificado n.º 70561



A Mesa Administrativa

